



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROTEÇÃO ANIMAL E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - CSPDS

Parecer n.º 01 de 05 de Fevereiro de 2024.

Projeto de Lei Complementar n.º 11/2023 de 18 de Dezembro de 2023.

Relatório

O projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, “Dispõe sobre a criação da função de médico residente no município de Ubá, e dá outras providências”.

Vem a esta comissão, para parecer, projeto em epígrafe, com base no artigo 43 do Regimento Interno que relata:

“Art. 43. Compete à Comissão de Saúde, Proteção Animal e Desenvolvimento Social manifestar-se, dentre outros, sobre os seguintes assuntos:

- I - política de saúde;*
- II - ações e serviços de saúde pública;*
- III - política de assistência e vigilância sanitária e epidemiológica;*
- IV - política de saneamento básico;*
- V - políticas relacionadas à prevenção de drogas e recuperação de dependentes químicos;*
- VI – políticas voltadas aos portadores de deficiência física;*
- VII – controle de zoonoses e direitos dos animais”.*

Fundamentação

Este Projeto de Lei Complementar nº 11/2023 explica, em seu art. 1º, que “a bolsa de preceptoría para supervisão, tutoria, estudo e pesquisa da especialidade de Saúde da Família e Comunidade do Programa de Residência Médica (PRMMFC) da Secretaria Municipal de Saúde, que forem aprovados em processo seletivo específico para este fim a ser realizado pela Comissão de Residência Médica da Secretaria Municipal de Saúde de Ubá, (COREME-SMS-Ubá)

Rua Santa Cruz, N.º. 301, Centro. CEP: 36.500-059

Telefax: (32) 3539-5000



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

aprovado e supervisionado pela Secretaria Municipal de Saúde de Ubá/MG”.

Este relator chama a atenção para o fato de que, conforme mencionado no Parágrafo único do art. 1º, “A bolsa de Preceptoría somente perdurará enquanto existir, na esfera federal, o programa de Residência Médica vinculado ao Programa Pró-Residência Médica do Ministério de Família e Comunidade, bem como durante o período de adesão deste Município ao PRMMFC”.

E como o médico supervisor será eleito? De acordo com o Projeto de Lei Complementar nº 11/2023, ele será eleito dentre os Tutores aprovados na Seleção Pública. Importante destacar que a bolsa ao supervisor e tutor que deixar de comparecer, injustificadamente, às atividades do Programa de Residência Médica em Medicina da Família ou se afastar das atividades de tutoria e preceptoría ou que solicitar transferência deste Município deixará de ser devida.

A continuidade do pagamento destas bolsas ficará condicionada a realização de pelo menos 1 (uma) atividade de pesquisa anual inserida no PRMMFC de Ubá e aprovada pela COREME-SMS/Ubá com a participação dos Residentes de Medicina da Família e Comunidade ou publicação de trabalho de pesquisa desenvolvido no âmbito do PRMMFC de Ubá em revista indexada nacional ou internacional.

No art. 4º deste projeto de lei é dito que o valor da bolsa será de R\$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), devendo ser corrigida com o mesmo índice de correção aplicados aos servidores municipais de saúde.

Em anexo ao Projeto de Lei Complementar nº 11/2023, o Poder Executivo mandou uma “exposição de motivos” e este relator quer destacar alguns pontos:

- É dito que o município não possui, atualmente, em sua rede de Atenção Primária, nenhum médico com registro de qualificação de especialidade (RQE) em Medicina de Família e Comunidade, neste sentido é mister qualificar esta mão de obra para aumentar a eficiência destas unidades. O objetivo é criar a residência para que, de forma progressiva, se tenha oferta de MFC com formação adequada para atender em todas as unidades necessárias para cobrirmos 100% do Município.
- De acordo com o documento anexo, o principal obstáculo para esta ampliação é, sem dúvidas, a falta de preceptores no mercado. Nesse sentido o mecanismo de contratação do preceptor está sendo sugerido como Bolsa de Preceptoría.
- É explicado o motivo de estarem utilizando o mecanismo de contratação como “bolsa”, uma vez que a mesma não gera encargo patronal, não é vínculo empregatício, não tem décimo terceiro, não tem terço de férias e não tem desconto



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

de imposto de renda. A proposta é de 1 (um) preceptor a cada dois residentes.

- Hoje a Prefeitura gasta em média com o Médico da Família de uma unidade cerca de R\$ 15.805,55. Como atualmente são duas equipes, os gastos seriam na ordem de R\$ 31.611,10.

Com a aprovação deste Projeto de Lei Complementar nº 11/2023, o preceptor receberia R\$ 12.500,00 reais/mensal e os dois residentes receberiam, cada um, R\$ 7.500,00. No projeto é destacado ainda que com este preceptor e os dois residentes somariam juntos 160 horas de trabalho, contra 80 horas do modelo atual.

- A estimativa de impacto orçamentário e financeiro também foi anexada:



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	VALORES PREVISTOS JÁ INCLUSO ENCARGOS E PROVISÕES		
	2024	2025	2026
Criação de Bolsas complementares de estudo e pesquisa p/médicos residentes especializados saúde família comunidades	1.230.000,00	1.328.400,00	1.434.672,00

PREMISSAS:

Tomou-se como base a remuneração das bolsas complementares de estudo para os médicos residentes especializados na saúde da família.

METODOLOGIA DE CÁLCULO:

Para o exercício de 2024 foi multiplicado o quantitativo referente aos meses até final do exercício.. Já para 2025 foi multiplicado por 12 o quantitativo dos cargos com projeção de aumento de 8% do ipca e para 2026 estimado uma projeção de aumento do ipca de 8%.

ANÁLISE DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO:

Considerando que as bolsas de precetoria para supervisão de tutoria de estudo e pesquisa especializada de saúde da família a comunidade do programa de residência médica (PRMMFC) da Secretária Municipal de Saúde.

Considerando que as bolsas complementares terão cobertura financeira com recursos específicos transferidos da União para o referido programa.

Considerando que o programa de Residência Médica vinculado ao Programa Pró-Residência Médica do Ministério da Saúde e este manter o custeio da Bolsa Básica do Residente de Medicina de Família e Comunidade, bem como, durante o período de adesão deste Município ao PRMMFC.

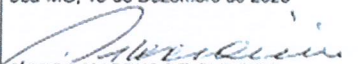
Considerando que Farão jus a Bolsa o Médico supervisor do PRMMFC e os Médicos Tutores com Especialidade em Medicina de Família e Comunidade registrada no Conselho Regional de Medicina (CRM) aprovados em processo seletivo específico para este fim.

Considerando O Médico Tutor aprovado em seleção pública específica para este fim, perceberá uma parcela mensal da bolsa, enquanto durar o PRMMFC no âmbito Municipal.

O impacto orçamentário e financeiro para tais bolsas a serem criados não terão impacto na receita corrente líquida do Município, considerando que serão custeados com recurso vinculados de transferências da União. Assim demonstra-se que o Orçamento Municipal suportará as medidas ora propostas.

ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO DA ESTIMATIVA DO IMPACTO

Ubá-MG, 18 de Dezembro de 2023


CÍCERO MATEUS DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS

MARCELO CORREA Assinado de forma digital por MARCELO CORREA
PAIVA:6747461665 PASSEI NA MESMA
3 Em 18/12/2023 às 15:15:02
MARCELO CORREA PAIVA
CONTROLADOR GERAL DO MUNICÍPIO



Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS



PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ

ESTADO DE MINAS GERAIS

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

Nos termos arts. 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, demonstra-se a seguir a compatibilidade da nova despesa com os instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA.

1 – Objeto do reajuste e valores previstos

A criação das bolsas, terão os seguinte valores previstos anualmente:

R\$ 1.230.000,00 para 2024 – R\$ 1.328.400,00 para 2025 e para 1.434.672,00 para 2026

2 – Adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual

A criação das bolsas, terão os seguintes valores previstos a na folha de pagamento, tendo cobertura orçamentária e financeira no orçamento de 2024, por meio de Lei específica.

3 – Compatibilidade com o plano plurianual

A criação do bolsas tem compatibilidade com as diretrizes, objetivos, programas e ações previstos no plano plurianual.

4 – Compatibilidade com a lei de diretrizes orçamentárias

Limite de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado:

A criação do bolsas, está dentro da margem de compensação de receita conforme Lei de Responsabilidade Fiscal, conforme consta do Anexo de Metas Fiscais.

Metas de Resultado Primário e Nominal da LDO:

A criação das bolsas, não comprometerá o resultado previsto para as metas de resultado primário e nominal, haja visto que tais despesas serão absorvidas pelo aumento da arrecadação da receita tributária do Município, como também da cobertura de transferência da União para o Programa específico.

5 – Declaração do Ordenador da Despesa

Face as regularidades acima demonstradas, autorizo a contratação da referida despesa:

Ubá(MG), 18 de Dezembro de 2023.

EDSON TEIXEIRA
RUBENS/1371687

EDSON TEIXEIRA FILHO
PREFEITO DE UBÁ

Por fim, é dito no art. 7º que para atender as despesas decorrentes da Presente Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, até o limite do valor de repasse do Governo Federal.



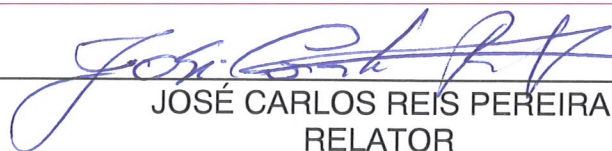
Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

Conclusão

Pelas razões expostas, opino pela aprovação do Projeto de Lei Complementar n.º 10/2023.

Ubá, 05 de Fevereiro de 2024.



JOSÉ CARLOS REIS PEREIRA
RELATOR

MANIFESTAÇÃO DO(A) RELATOR(A):



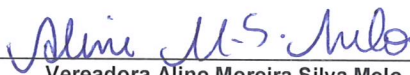
Aprovado



Rejeitado

Por: Todos

Em: 05 / 02 / 24



Vereadora Aline Moreira Silva Melo
Presidente da CSPDS